



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

**Sub-eixo:** Relações Patriarcais de classe, gênero e raça

### PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO: TEORIZAÇÃO SOBRE INTERSECCIONALIDADE NO BRASIL

*Para fazer diferença na vida das mulheres negras brasileiras, temos de fazer mais que simplesmente esperar por um futuro melhor o que temos de fazer é nos organizar e nunca parar de questionar. O que temos de fazer, como sempre é trabalhar muito.*  
Sueli Carneiro

ALINE PEREIRA DIAS <sup>1</sup>

#### RESUMO

O movimento feminista negro entra em um cenário complexo e necessário na sociedade, de modo geral, para dar respostas às diversas opressões sofridas por mulheres negras, o que perpassa suas experiências e suas subjetividades. Tendo em vista que o movimento feminista e o movimento negro hierarquizavam os eixos de opressões, gênero e raça, respectivamente, como cruciais para combater as desigualdades, desconsiderando as mulheres negras. Sob essa perspectiva, para dar lugar próprio a essas mulheres que se sentiam/sentem subincluídas nestes processos é que o movimento feminista negro se constitui e se materializa.

**Palavras – chave:** feminismo negro, interseccionalidade e Brasil.

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Tocantins

## ABSTRACT

The black feminist movement enters a complex and necessary scenario in society, in general, to respond to the various oppressions suffered by black women, which permeates their experiences and their subjectivities. Considering that the feminist movement and the black movement hierarchized the axes of oppression, gender and race, respectively, as crucial to combat inequalities, disregarding black women. From this perspective, the black feminist movement is constituted and materialized in order to give a proper place to these women who felt/feel sub-included in these processes.

**Keywords:** black feminism, intersectionality and Brazil.

## INTRODUÇÃO

A formação do pensamento feminista negro vem se configurando a partir do próprio movimento, envolvendo suas experiências que são diversas e plurais e com muitos embates. Sua constituição como teoria social crítica tem como ponto de partida o que se conceitua numa perspectiva de método na contemporaneidade: interseccionalidade.

A interseccionalidade leva em consideração os eixos de opressão gênero, raça e classe, e o atravessamento desses eixos é fundamental para manter na base da pirâmide social as mulheres negras. Para melhor decifarmos essa realidade se faz necessário um apanhado breve desse conceito com perspectivas de metodologias tendo em vista a necessidade de entender, e transformar a realidade social posta enquanto questão social.

## INTERSECCIONALIDADE E CONTEXTO DE TEORIZAÇÃO NO BRASIL

Embora estejamos experienciando na contemporaneidade um processo de maior visibilidade das construções teóricas de feministas negras, a interseccionalidade não é um conceito teórico metodológico novo para as mesmas, enquanto as intelectuais negras participavam dos movimentos antirracistas e feministas vivenciavam/vivenciam o dessabor das opressões que se interseccionam, desse modo, tanto às brasileiras, quanto africanas e americanas etc.

Na tentativa de entender o conceito teórico metodológico da interseccionalidade, no contexto das práticas feministas brasileiras, sobretudo no feminismo negro, é imperioso reconstruir o processo histórico que liga as opressões e as demandas para as mulheres negras no período de formação do ativismo negro e do movimento de mulheres no Brasil.

Segundo Rodrigues (2013), embora marcados por inúmeras diferenças, o Movimento Feminista e o Movimento Negro ressurgem nos anos 1970, ainda marcados pela ditadura militar, sendo pautados por uma luta pela redemocratização e para extinguir as desigualdades sociais e em busca de cidadania.

Em ambos os movimentos, as mulheres negras se sentiam invisibilizadas e não correspondiam suas pautas. Tais movimentos institucionalizaram-se partilhando uma ideia de igualdade: entre as mulheres a questão racial não seria fundamental; e entre os negros diferenças entre homens e mulheres foram desconsideradas (RIBEIRO, 1995; BAIRROS, 1995, CARNEIRO, 2003).

Neste sentido, o movimento negro e feminista acabou por reproduzir no interior deles opressões que combinadas, vulnerabilizavam e silenciavam as condições específicas das mulheres negras, desse modo, criando um solo para uma ruptura, pois elas lutaram para garantir suas especificidades que não eram levadas em conta nos movimentos anteriores.

Na produção teórica, a raça ficava de fora e não aparecia como uma variável para entender as diferentes e históricas relações desiguais e estruturais que determinam o papel feminino, comumente, a variável classe se mostrava presente como constituintes nas desigualdades entre as mulheres.

A invisibilidade da raça na constituição teórica do movimento feminista e a ausência das pautas de gênero no movimento negro provocaram as mulheres negras a refletir e questionar tais exclusões. Conforme analisa González (2019, p.238):

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe outro aquele que habitualmente vinham colocando em textos anteriores. E a mudança se deu progressivamente a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar à questão da mulher negra em outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 2019, p.238).

Nessa linha de raciocínio Carneiro (2019, p.273) enfatiza

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construído em sociedades multirraciais e plurirraciais. Com essas iniciativas, pôde-se compor uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre; delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil (CARNEIRO, 2019, p. 273).

Carneiro (2003), afirma que as mulheres negras tiveram que enegrecer a agenda do movimento feminista e sexualizar a do movimento negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, tanto afirmando novos sujeitos políticos quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos.

Essas reflexões vêm promovendo um maior engajamento das mulheres negras acerca da agenda feminista no país e dos movimentos antirracista, levando os âmbitos dos planos nacionais e internacionais, buscando assegurar novas demandas específicas.

Todavia, não foi e nem vem sendo um processo fácil é emergente entender que apesar dessas construções acima relacionadas, primeiro, as mulheres negras se situaram no contexto das opressões cruzadas entre o racismo e o sexismo, o que possibilitou a possibilitou o entendimento acerca de qual lugar de fala e de

experiências elas falavam/fala.

Neste sentido, visualiza-se a outra categoria como consequência da relação intercruzada entre racismo e sexismo, a classe, as quais estão majoritariamente ocupando o lugar da marginalidade, segundo Gonzalez (2019, p.240):

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e, se é malandro, é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto, têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 2019, p. 240).

A mulher negra, a cozinheira, a trabalhadora doméstica, possui assim como na escravidão, na contemporaneidade duas funções: a do fator trabalho e sexual percebe-se logo, que isso não mudou até aqui, como observa Gonzalez (2019), comparando com a figura da mucama, que significa a escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família, e que, por vezes, era ama-de-leite. Logo a empregada doméstica, segundo Gonzalez (2019, p.244):

Quanto a doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua própria família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-obas. Só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço). E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente para outras entradas (não é, seu síndico?). É por aí que a gente saca que não dá pra fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí (GONZALEZ, 2019, p. 244).

Desse modo, entende-se a perversidade do racismo e do sexismo, e de que forma estas proporcionam a mulher negra, não apenas a dupla face de opressões cruzadas, mas também uma tripla, permitindo a continuidade da vulnerabilidade histórica da mulher negra: a raça, o gênero e classe operando sistematicamente juntos para manter a hegemonia e o poder da branquitude.

A perversidade dessas opressões mantém a mulher negra na base da pirâmide, que sem mobilidade social, justifica suas opressões na meritocracia. Esquece-se de propósito: como um projeto de sociedade que extermina a população negra, especialmente os homens, seus filhos, seus companheiros, seus irmãos. Ainda se esquece dos quase 400 anos da escravidão e suas consequências à população negra.

Sobre isso Gonzalez (2019, p.245) diz que:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos, seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (GONZALEZ, 2019, p. 245).

Sobre isso Gonzalez (2019, p.245) diz que:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos, seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (GONZALEZ, 2019, p. 245).

Isso não era muito diferente na escravidão, pois as mães pretas eram quem exerciam os papéis de mães do filho dos senhores, enquanto viam seus próprios filhos sendo vendidos. As mulheres-esposas brancas apenas pariam os filhos dos senhores. No Brasil-colônia, essa relação continuará refletindo o que se tem hoje. Uma relação definida entre a exploração do trabalho e da pessoa.

Nascimento (2019, p.260) afirma que:

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra é considerada uma mulher essencialmente produtora, papel semelhante ao do homem negro, isto é, desempenha um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não apenas nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita a satisfazer as vontades de senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria), como também no campo, desempenhando atividades subsidiárias do corte e do engenho. A sua capacidade produtiva, determinada pela condição de mulher e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, afirmava a sua função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão-de-obra interno. Assim, a mulher negra era também vista como uma fornecedora de mão-de-obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (NASCIMENTO, 2019, p. 260).

A mulher negra, junto de seu companheiro negro, eram objetificados a fim de manter viva a máquina da escravatura. Embora na modernidade, com a industrialização, havendo um campo mais diversificado da classe trabalhadora, a imigração dos europeus, e a estratificação social apresentou maior flexibilidade do que nos períodos anteriores. Contudo, mantêm algumas diferenças que se perpetuam aos diversos papéis atribuídos em uma sociedade de classes, como um dos eixos estruturantes, a raça se mantém intacta preservando lugares semelhantes aos pertencentes da raça dominada no período escravocrata.

É importante levar em consideração como o fator trabalho e pessoal estão relacionados com o racismo e sexismo e de que formas se manifestam em nossa sociedade, que é marcada ainda pelo mito da democracia racial. O mito que tem como ideia principal acreditar que existe democracia entre as raças, ou seja, a ideia de que o Brasil não é racista. Estas relações são basilares, o que nota-se, desde o período escravocrata, é a desumanização do ser negro, especialmente, neste caso, da mulher negra, e essa desumanização se perpetua de certa forma até o momento atual, seja nas relações de trabalho, seja nas relações pessoais, uma está imbricada na outra, e vai moldando as experiências das mulheres negras. Estas, por sua vez, vão resistindo.

Segundo Nascimento (2019), em uma sociedade como a

brasileira, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preenchê-los e o critério racial constitui-se em um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, resultando de patente discriminação.

Quando se trata das mulheres negras, essas vêm ocupando espaços semelhantes desde a escravidão. Então, como as mulheres negras assistentes sociais que ocuparam espaços de gestão perceberam/percebem essa mobilidade? Embora estas mulheres sejam exceção e não a regra, como são vistas e tratadas quando ocupam estes espaços? Muitas nem ousam ocupar porque sabe-se que na hierarquia de classes estes locais foram construídos para e pela imagem racial dominante, desobrigando-se a penetrar estes lugares.

Ainda segundo Nascimento (2019):

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos nas áreas urbanas, em menor grau na indústria de transformação, e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao exposto anteriormente que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos (NASCIMENTO, 2019, p. 261).

Levando em consideração que a educação é um mecanismo que pode contribuir com a mobilidade social e a transformação da posição social da mulher negra, ainda é um requisito para galgar melhores condições de emprego e renda na sociedade brasileira. O acesso à educação continua limitado, arcaico, e se constituindo como mercadoria, as mulheres negras que acessam a educação são raras exceções. Registra-se que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre os homens brancos, porém, a população negra ainda continua com índices reduzidos de acesso e permanência ao direito educacional, especialmente as mulheres negras.

Segundo Nascimento (2019):

Ao analisar a situação do mercado de trabalho no Brasil, vimos como a mulher negra se encontra na mais baixa posição da hierarquia social. No entanto não é somente por meio desse contexto específico que se pode atestar a situação de subordinação em que vive a mulher negra no país. A condição feminina a conduziu a um tipo de dominação sexual por parte do homem desde os primórdios da colonização. A exploração sexual de que foi vítima por parte dos senhores – situação determinada principalmente pela moral cristã portuguesa que atribuía à mulher branca das classes mais altas o papel de esposa, dependente economicamente do homem, e limitada quando esposa, ao papel de procriadora, com a vida sexual restrita à maternidade – fez com que a liberação da função sexual masculina recaísse sobre a mulher negra ou mestiça (NASCIMENTO, 2019, p. 263).

Os estereótipos sob a condição sexual da mulher negra se cruzam também com sua condição de vulnerabilidade social, financeira e racial. Sabe-se que isso facilita a tarefa masculina de exercer sua dominação de forma livre e longe dos julgamentos dos poderes e autoridades.

A dominação masculina é exercida também sob as relações interpessoais, neste processo, fala-se sobre a solidão da mulher negra, pois se há uma desvantagem acerca das relações, geralmente as relações interpessoais e amorosas também serão tecidas nesta conjuntura.

Essas relações são marcadas por um desejo de repartição do afeto e dos recursos materiais, mas conforme nos apresenta Nascimento (2019), nas camadas mais baixas da população, cabe a mulher negra o verdadeiro eixo econômico onde gira a família, não obedece aos padrões patriarcais, muito menos aos padrões modernos de constituição nuclear, são da família, todos aqueles que vivem as dificuldades da extrema pobreza.

Entretanto conforme Nascimento (2019) nos apresenta:

Nem toda mulher negra está nessa condição. Quando ela escapa para outras formas de trabalho, dirige-se ou para profissões que requerem educação formal ou para arte (como a dança). Nesses papéis, elas se tornam verdadeiras exceções sociais. Mesmo nesse cenário, continua com o papel de mantenedora, na medida em que, numa família preta, são poucos os indivíduos a cruzar a barreira da ascensão social. Quando o fazem, variadas gamas de discriminação racial dificultam os encontros da mulher preta, seja com homens pretos e de outras etnias (NASCIMENTO, 2019, p. 267).

Neste sentido, a mulher negra fica na encruzilhada entre sua

individualidade e a discriminação racial, que surgem como impedimento e habitualmente é mais temida pela potência que pode agregar opondo-se a um relacionamento com dominação unilateral, desse modo, quanto mais à mulher negra estuda, mais é conduzida a individualizar-se.

São diversas as formas de opressão nas experiências das mulheres negras no contexto brasileiro, estas vêm tentando desmistificar suas especificidades, e por meio da militância política, demonstrar que, conforme enfatiza Gonzalez (2000), a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial.

Visualiza-se que a classe, ou melhor, a condição socioeconômica tem cor e tem gênero, e que algumas mobilizações foram realizadas ao longo dos anos sobre a desigualdade racial e de gênero, acerca do mercado de trabalho, em cima da subjetividade da mulher negra e nas diversas relações que tecem e conduzem ainda a sociedade brasileira, porém, foi insuficiente para transformar de forma significativa toda essa estrutura.

Desse modo, a interseccionalidade, que agrupa classe, gênero e raça é assertiva, porque traduz a emergência da questão, coloca em xeque o que os indicadores sociais há tantos anos vêm demonstrando e revelando. E ele nos revela que a maioria das mulheres negras vive sob condições vulneráveis, e que mesmo algumas conseguindo prestígio ou ascensão social por meio do seu trabalho, ou da sua arte, o racismo ainda é imperativo para isolá-las, e assim desagregá-las.

Contudo, o que se presencia a luz das vivências das mulheres negras, é que a raça ainda continua sendo determinante para enaltecer as vantagens e desvantagens inerentes a ela. Se pertencer a raça dominante, os privilégios são garantidos mesmo sendo classe trabalhadora, o que muda são as oportunidades, a desigualdade e os estigmas a que são expostas as pessoas negras.

O que resta a este grupo, é de fato, o lugar que ninguém quer estar. Mas no caso brasileiro, ainda há uma ficção denominada mito da democracia racial, caracterizando o país como um lugar lindo onde todas as raças vivem bem. Conforme Carneiro (2011), o mito da democracia racial ao desracializar a sociedade por meio da apologética da miscigenação que se presta historicamente a ocultar as desigualdades raciais.

Contrariando essa lógica, têm-se os indicadores sociais que realmente demonstram a situação da mulher negra no Brasil, onde elas vivem, de que forma acessam a educação e se acessam, ou e se permanecem, que dizem onde elas trabalham, de que forma trabalham, que explicam as diferentes violências sofridas nos espaços institucionais, o alto índice de mortalidade, a diferenciação no acesso à saúde, que traduzem de que forma seus filhos, irmãos ou companheiros morrem, de que forma são expostas ou de que forma são solitárias.

Todos esses quesitos mencionados anteriormente configuram-se uma questão estruturante de uma sociedade que tem e mantém em

sua base mulheres, negras e pobres. Segundo Nascimento (2019), a mulher negra vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Todas essas contradições contrariam o mito da democracia racial.

Há então uma exigência social, política e cultural aos modelos europeus, ou de seus descendentes, isso se configura com mais força no fator trabalho e educação, pois se sabe que para alcançar uma vaga de emprego e concorrer no mercado de trabalho com igualdade, no tocante as pessoas brancas, torna-se uma desvantagem numerosa, conforme dados do Ministério do Trabalho e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), apresenta que pessoas brancas têm mais anos de estudos que pessoas negras, e via de regra, o filtro para essa vaga exige mais tempo educacional, cerca de 11 anos no mínimo.

Desse modo, percebe-se que são diversas as desigualdades impostas as pessoas negras, ao passo que na agenda governamental, pouca coisa se modificou para garantir proteção equânime a esse grupo.

Devido às condições de vulnerabilidade da população negra, no acesso as políticas públicas e no reconhecimento como ser humano, há uma maior intensificação do feminismo negro brasileiro pressionando os governos e articulando de forma geral que as pautas sejam inseridas nas agendas governamentais, neste sentido, angariando uma força maior na luta contra as opressões.

Durante os anos 2000, houve a Conferência Regional das Américas e a III Conferência Mundial Contra o Racismo, e as mulheres negras brasileiras se engajaram de forma positiva, de modo que impactou não apenas as mulheres negras, na perspectiva de garantir formação e conscientização, mas também influenciando o próprio movimento feminista brasileiro, provocando uma coparticipação.

Porém, ainda assim, essas mobilizações não foram suficientes para composição de uma agenda governamental que abarcasse as diferenças dos marcadores da interseccionalidade de modo a ampliar e garantir uma equidade aos direitos sociais e humanos da população negra.

Sabe-se ainda que o trabalho seja o fator decisivo para se reproduzir dignamente nessa sociedade. Neste sentido, as mulheres negras também são postas em situações de desvantagens, pois, segundo Carneiro (2011), essas são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras.

Conforme mostra Carneiro (2011):

No mercado de trabalho, o resultado concreto dessa exclusão se expressa no perfil da mão-de-obra feminina negra. Segundo

dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Justiça na publicação Brasil, gênero e raça, “as mulheres negras ocupadas em atividades manuais perfazem um total de 79,4%”. Destas, 51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes (CARNEIRO, 2011, p. 128).

Para além das ocupações de menor prestígio, visualiza-se que a sociedade brasileira destinou às mulheres negras o lugar do espaço doméstico, onde ainda se têm inúmeras desvantagens, com relação aos direitos trabalhistas e a própria remuneração. Sabe-se ainda que as mulheres brancas possuem remunerações mais altas que as mulheres negras. Conforme analisou Carneiro (2011), o rendimento médio nacional entre negros e brancos em salários mínimos assim se distribui: o homem branco ganha 6,3 salários mínimos; a mulher branca, 3,6; o homem negro, 2,9; a mulher negra, 1,7.

Todas essas inquietações relacionadas essencialmente as opressões de racismo e sexismo serviram para a consciência de mulheres construírem ações e propostas de enfrentamentos a essas problemáticas no Brasil, esses por diversas vezes percebidos no movimento feminista negro que articula a tríade gênero, raça e classe como eixos interseccionais da opressão. Como foram colocadas pelas intelectuais negras, suas reflexões acerca da situação de mulheres negras brasileiras que antes da conceituação do nome interseccionalidade já entendiam as consequências desses eixos na vida das mesmas.

Diante das desigualdades históricas relacionadas à luta de classes, gênero e raça, no país, no século XXI, em semelhança e trazendo essa herança de feministas negras estadunidenses propõe-se refletir sobre o pensamento feminista negro como teoria social crítica, tem-se uma maior emergência de conceituação da interseccionalidade no Brasil, tendo em vista que as mulheres negras são as mais interessadas na construção dessa ferramenta. Akotirene (2019, p.47), é contundente ao definir que:

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de outros (AKOTIRENE, 2019, p. 47).

Como no caso brasileiro é preciso entender que há mestiçagem, diferente da Europa, aqui o mito da democracia racial, por vezes, não permite enxergar quais pessoas são acidentadas por essas opressões.

Isso para que se saiba apreender que são múltiplas as estruturas que se somam e mantêm na base da pirâmide social as pessoas negras, em virtude de uma gama de desigualdades.

Akotirene (2019), afirma que, a interseccionalidade é útil para perceber onde começa o racismo e termina a discriminação regional, a xenofobia e as opressões ressignificadas contextualmente. Neste sentido, é imperioso observar as experiências das mulheres negras brasileiras, para decifrar também as formas de resistência a determinadas opressões, para isso, a interseccionalidade se faz presente.

Conforme Akotirene (2019):

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e não servir as diretrizes heterogêneas do ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível insisto utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas (AKOTIRENE, 2019, p. 48).

Neste caso, para entender melhor as mulheres negras e todas as subjetividades e experiências que são constituintes de processos que elas vivenciam, visualiza-se diferenciação das mulheres negras brasileiras, intelectuais ou não, das afro-americanas sobre sua visibilidade, regionalidade e sobre as opressões que se interseccionam, questiona-se se estes são processos definidores para sua visibilidade/invisibilidade? Na categoria profissional de serviço social e por conseguinte na sociedade.

Insiste-se aqui em provocar a categoria profissional de serviço social para melhor apropriar-se da interseccionalidade, ancorada no movimento feminista negro, como teoria social crítica que assim sendo, se articula aos princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social (CFESS/2019) quando estabelece a defesa intransigente dos direitos humanos e a luta por uma sociedade sem opressão de gênero, raça/etnia e classe.

Neste sentido, compreender as múltiplas relações que carrega a interseccionalidade como ferramenta para entender as possíveis experiências diferenciadas das mulheres negras no serviço social, cruzadas por marcações sociais diversas, se faz determinante nesta trajetória da pesquisa. Desse modo, interseccionalidade enxerga o que a classe pode dizer da raça, da mesma forma que raça informa sobre classe.

## CONCLUSÃO

O conhecimento da interseccionalidade traz para nós pesquisadores, e profissionais o entendimento das múltiplas facetas que envolve gênero, raça e classe, e como estas categorias juntas somam no sistema econômico, político, cultural, reproduções sistêmicas difíceis de serem rompidas, especialmente porquê a ordem dominante a todo custo impõe suas regras e também dominam os espaços de poder.

Para transformar essa realidade se faz justa e necessária não apenas o entendimento, a interpretação do resultado dessas desigualdades, e da sociedade concreta e real, mas é imprescindível o trabalho contínuo para tal transformação.

Nessa perspectiva o conhecimento do pensamento feminista negro, é assertivo quando traz para o cenário intelectual as mazelas vivenciadas majoritariamente pela população negra, afirmando a necessidade radical de conquistas de espaço, e na esperança por tempos mais justos e democrático.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo; Polén, 2019.

BAIROS, Luiza. "Nossos feminismos revisitados". Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995. \_\_\_\_\_. Romper a negação do racismo é desafio para a sociedade brasileira, Palestra Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Acesso: [geledes.org.br](http://geledes.org.br).

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil – São Paulo: selo negro, 2011. \_\_\_\_\_. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA (org). Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003. \_\_\_\_\_. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto/Angela Arruda [et al]; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. \_\_\_\_\_. Mulheres em movimento. ESTUDOS AVANÇADOS 17 (49), 2003. \_\_\_\_\_. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre ausência. 2020, acesso: [www.articulaçãodemulheres.org.br](http://www.articulaçãodemulheres.org.br).

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto/Angela Arruda [et al]; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia. "mulher negra". Afrodíaspóra, Rio de Janeiro, Ipeafro, v.3, n.6/7, 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto/Angela Arruda [et al]; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

\_\_\_\_\_. A mulher negra e o amor. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto/Angela Arruda [et al]; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-51.

